

**Oficina de filmes e relações raciais: Materiais para aplicação da Lei Federal nº 10.639/03 no ensino básico**

*Amãna Andréa Teixeira Vieira*<sup>\*</sup>

*Flávio Guimarães Diniz*<sup>\*\*</sup>

*Gabriel Romagnose Fortunato de Freitas Monteiro*<sup>\*\*\*</sup>

*Ronald Coutinho Santos*<sup>\*</sup>

**Resumo**

Pretendemos expor neste artigo algumas informações coletadas a partir da realização de uma oficina de filmes tendo como objetivo a aplicação da Lei Federal nº 10.639/03 no ensino básico, mostrando como esta atividade pode contribuir para a revisão das práticas dos professores no que diz respeito a temática racial. O público foi composto por docentes do segundo segmento do ensino fundamental de uma escola da rede municipal de Niterói no estado do Rio de Janeiro. Apresentaremos a estrutura da oficina, assim como as suas estratégias de abordagem para a discussão das relações raciais no cotidiano escolar. Ademais, teceremos algumas discussões a partir do documentário "Vista Minha Pele" (2003) e dos relatos dos professores sobre a atividade.

**Palavras-Chave:** Relações Raciais; Lei Federal nº 10.639/03

**Abstract**

We want to expose in this article some information collected from the holding of a workshop of films having as goal the implementation of Federal Law No. 10,639/03 in primary education, showing how this activity can contribute to the review of the practices of teachers regarding racial thematic. The audience was composed of teachers of the second segment of the elementary school of the municipal network of Niterói, Rio de Janeiro State. We will present the structure of the workshop, as well as their strategies of approach for the discussion of race relations in school every day. Furthermore, we weave some discussions from the documentary "View my skin" (2003) and of reports from teachers about the activity.

**Keywords:** Race Relations; Federal Law No. 10,639/03

A promulgação da Lei Federal nº 10.639/03 surge para nós como um instrumento, e ao mesmo tempo como uma oportunidade para tecermos reflexões sobre a importância da promoção de uma educação anti-racista nas instituições de ensino públicas e privadas de nosso país. No entanto, somente a instauração de um ordenamento jurídico não é suficiente para contemplar o escopo principal da mesma, pois é preciso fornecer condições para que os docentes possam aplicá-la.

De fato, trabalhar uma lei tão abrangente requer embasamento teórico para a superação dos desafios inerentes a ela, pois:

Apesar da promulgação da lei 10.639/03 constituir-se em uma proposta às demandas do Movimento Negro e a todos aqueles que vem lutando por uma sociedade brasileira mais democrática, a sua aplicação não tem sido uma tarefa fácil: muitas vezes, os professores não se sentem motivados em cumprir leis que consideram vir de escalões superiores, não se sentem preparados para lidar com a questão e têm aqueles que ainda acreditam no mito da democracia racial ou acreditam que tocar nesse tema é tocar na 'ferida', referindo o silêncio para não 'provocar constrangimentos'. (SOUZA, M., 2009, p.8)

Podemos perceber que existem diversos embates a serem travados para aplicação da Lei Federal nº 10.639/03 que vão desde os conteúdos até a gestão das relações raciais no cotidiano escolar, perpassando por “concepções enraizadas” que contribuem para a naturalização do racismo tendo como principal consequência a sua (re) produção constante.

A instituição escolar é um dos “lócus” principais (ou pelo menos deveria ser) na formação dos sujeitos, pois ela reflete, em parte, as relações construídas na sociedade. Além disso, é importante destacar que todos aqueles que vivenciam o cotidiano da escola têm a oportunidade de conviver com a diversidade e de aprender a respeitá-la.

Sobre a importância do cotidiano escolar Ângela Maria dos Santos (2007) expõe que:

O cotidiano escolar, por sua vez, retrata um dos espaços de convivência entre as pessoas, possibilitando a socialização e a integração de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Desse modo, podemos dizer que o cotidiano escolar não se constitui em algo estático, mas em movimento que oportuniza aos indivíduos se construírem mutuamente. Esse espaço, também, pode reproduzir as formas de relação presentes na sociedade, dentre elas as raciais. (SANTOS, A., 2007, p.27)

A referida autora nos ajuda a iniciar um processo de reflexão sobre as relações raciais no cotidiano escolar, nos fazendo atentar para as diversas formas de discriminação racial que geralmente não são problematizadas pela falta de informação sobre a temática e/ou pela persistência na crença do mito da *democracia racial*<sup>1</sup>.

Grande parte dos professores não se dá conta de situações preconceituosas que ocorrem dentro e fora do espaço da sala de aula, seja entre os alunos, ou dos mesmos em suas posturas pedagógicas ou no contato com os seus educandos. Podemos ratificar a existência dessa problemática nas relações raciais no cotidiano escolar a partir das elucubrações de Edmara da Costa Castro (2007):

Nas relações interpessoais estabelecidas no cotidiano escolar, são muitos os profissionais que não percebem os conflitos raciais entre os alunos, não compreendem em quais momentos ocorrem práticas discriminatórias, como também não percebem suas próprias atitudes de preconceito, quando destinam ao aluno negro tratamento inferior em relação ao branco. (...) (CASTRO, E., 2007, p. 15)

Os tensionamentos existentes no tocante às relações raciais dificilmente são abordados pelos docentes, coordenadores pedagógicos e diretores por diversos motivos, como por exemplo, o medo de acirrar os conflitos raciais entre as pessoas que vivenciam o cotidiano escolar. Esse temor vem acompanhado do desconhecimento sobre a temática racial que tem como uma de suas resultantes a falta de “tato” ou “sensibilidade” para lidar com a mesma.

Na verdade, o que ocorre é a falta ou déficit de uma formação (inicial, continuada, e contínua) que propicie aos professores um “embasamento” para abordar temas e conteúdos ligados às relações raciais no processo de ensino-aprendizagem. Ademais, a carência de materiais didáticos de apoio e/ou alternativos se configura como um dos entraves para avanço em prol de uma educação anti-racista que contemple de fato a diversidade presente no dia-a-dia da escola.

A partir de nossas inferências conseguimos perceber de forma nítida que a falta de formação para os docentes trabalharem as demandas da Lei Federal nº 10.639/03 somada a dificuldade de obtenção de textos, livros didáticos e paradidáticos, vídeos etc., enfim de instrumentos pedagógicos, surgem diante de nós, profissionais ligados à área de educação como um dos principais obstáculos para a aplicação do ordenamento jurídico em tela.

Buscando contribuir para fornecimento de materiais que auxiliem os docentes na aplicação da referida lei, apresentaremos uma iniciativa engendrada no grupo de pesquisa “A Lei 10.639/03 e o Ensino de Geografia”<sup>2</sup> da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no caso, o fornecimento de uma oficina compostas por filmes e documentários que abordam assuntos ligados às relações étnico-raciais.

### ***Oficina: O uso de filmes para trabalhar a questão étnico-racial na sala de aula***

Desde o ano de 2008, o grupo de pesquisa “A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia” vem acompanhando professores e professoras, através de reuniões mensais em que eles relatam suas práticas e compartilham experiências de tentativas de aplicação do instrumento jurídico citado em suas respectivas turmas de Geografia no ensino básico. Ao acompanharmos atentamente as falas dos docentes pudemos constatar que uma das principais dificuldades que surgem nas aulas é a falta de materiais pedagógicos que ajudem na abordagem dos conteúdos mencionados na lei. Conteúdos que antes de serem inseridos nos currículos e nos programas das matérias escolares, precisam ser “revistos”, senão acabam contribuindo para a difusão de informações deturpadas sobre a população negra, podendo assim o conhecimento sobre a contribuição de *pretos e pardos*<sup>3</sup> na construção do nosso país.

Constatando tal situação e buscando contribuir para a sua superação, iniciamos a confecção de um “catálogo comentado de filmes e documentários” composto por títulos de obras que estão ligadas a assuntos referentes às relações raciais e quem podem ser exploradas em determinados conteúdos do ensino de Geografia e/ou na reflexão/desconstrução do racismo. Essas obras cinematográficas serviram de base para a construção da nossa oficina de

filmes intitulada “*O uso de filmes para trabalhar a questão étnico-racial na sala de aula*”.

Essa atividade criada pelo grupo tem como objetivo central apresentar um conjunto de películas como uma proposta de abordagem alternativa aos livros didáticos das diferentes disciplinas que compõem o currículo escolar e simultaneamente suprir a carência de materiais para aplicação da Lei 10.639/03.

Fazemos questão de frisar que as obras cinematográficas se apresentam como uma das diversas possibilidades de abordagem para contemplar as demandas da lei. Compartilhamos a concepção de Edileuza Penha de Souza (2006) a respeito da utilização do cinema em sala de aula. De acordo com a autora:

“Na sala de aula, como em qualquer espaço educativo, o cinema é um rico material didático. Agente socializante e socializador, ele desperta interesses teóricos, questionamentos sociopolíticos, enriquecimento cultural. E cada vez mais, tem-se intensificado o número de programas educativos e formativos em que o cinema é utilizado como um dos aparatos tecnológicos da educação”. (SOUZA, 2006, p.9)

Na oficina que relataremos mais a frente neste escrito utilizamos cinco obras cinematográficas: Três documentários: A Negação do Brasil (2001), Heróis de Todo Mundo (2008) e Vista Minha Pele (2003) - que utilizaremos como exemplo na discussão das relações raciais no cotidiano da escola e dois Longas-Metragens: Besouro (2009) e Hotel Ruanda (2004).

A oficina fornecida por nós segue a seguinte estrutura:

a) **Exposição do(s) objetivo(s) da atividades e os filmes que serão trabalhados:** Logo no início da atividade expomos aos espectadores o nosso intuito de contribuir para aplicação da lei 10.639/03 a partir de obras cinematográficas, sendo este um dos diversos caminhos possíveis. Além disso, apresentamos os títulos dos filmes que apresentaremos no decorrer da oficina.

b) **Apresentação e discussão da Lei Federal nº 10.639/03:** Infelizmente, muitos docentes sequer conhecem a existência da lei, entretanto, na experiência que relataremos mais a frente, os professores já tinham tido um primeiro contato com o processo de promulgação da lei e de suas demandas. Por isso, reservamos um momento da oficina para apresentar a lei enfocando que a mesma surgiu a partir de lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro (fazemos questão de apontar o protagonismo do movimento social citado, pois infelizmente muitas pessoas acham que essa medida legal surgiu de forma espontânea ou de uma iniciativa isolada) e atentamos para importância de todas as disciplinas escolares para a aplicação da mesma não só em relação aos conteúdos, mas também em relação à dinâmica das relações raciais no cotidiano escolar.

c) **Utilização de fragmentos de relatos que expõem situações de preconceito:** Depois de apresentarmos a lei, nós expomos para os docentes fragmentos de relatos que sinalizam situações de preconceito racial no

cotidiano entre os alunos e entre professores e educandos, coletados a partir dos relatos das práticas dos professores que acompanhamos no grupo de pesquisa. Abaixo, podemos visualizar o depoimento de uma professora sobre uma situação de racismo de um colega de profissão em relação a um aluno durante uma atividade fora da escola:

**“Profª Márcia”<sup>4</sup>:** Tem um professor de Educação Física que é novo lá na escola, então eu não conhecia direito o professor e a gente foi levar as crianças para a FioCruz. Ele foi comigo, éramos só nos dois, levamos 2 turmas do 3º e do 2º ano do ensino médio, mas ele dá aula pro nono ano também.[...] Quando a gente está entrando no ônibus contando pra gente sair, quando eu digo o quê não se pode fazer, “mexer com garotinha na rua, não pode batucar etc.”, [...] Aí eu escuto assim “macaco, macaco, macaco”, aí eu virei uma fera. O menino me chamou “professora eles estão me chamando de macaco”, aí eu falei, poxa, 2º e 3º ano de ensino médio, meus alunos fazerem isso, eu achei aquilo um absurdo e falei “Vou parar, não vai ter mais passeio”, fiz aquela dramatização, vamos descer todo mundo, eu não vou me permitir sair com alunos etc., aí depois viraram pra mim “professora quem começou foi o professor”, (branco que chamou o outro de macaco). Gente eu fiquei numa situação! O cara ficou vermelho, ele chamou o aluno de macaco. Aí ele se desculpou e por conta disso ele começou a querer contribuir “Ah eu quero contribuir também, pois a nossa sociedade é racista. [...] (Julho, 2010)

Utilizamos depoimentos deste tipo como uma de nossas estratégias de abordagem sobre a temática racial, com o intuito de mostrar não só a sua existência, mas como ela age diariamente no cotidiano e como na maioria das vezes ela não é trabalhada.

d) **Benefícios do uso do cinema na educação:** Em nossas apresentações discorremos sobre os benefícios em se utilizar a linguagem cinematográfica em sala de aula, onde destacamos: os filmes são representações da realidade, logo tornam mais concreto para os espectadores situações que sempre foram vistas de forma subjetiva; é um rico material didático que contribui não só no processo de ensino-aprendizagem no tratamento de conteúdos, mas também estimula debates e fornece um enriquecimento cultural aos espectadores; é o cinema, entre todas as formas de representação artística, aquela que melhor consegue trabalhar com a relação espaço-tempo, pois com o uso dos filmes podemos conhecer configurações espaciais de outrora, dar saltos pra frente e para trás no tempo etc.; os filmes nos ajudam a criar referências para tecermos leituras sobre diferentes “visões de mundo”.

Neste momento da oficina, atentamos os docentes para importância de se realizar um planejamento prévio antes da exibição dos filmes, deixando bem claro quais são os objetivos propostos a partir das obras cinematográficas, para que os alunos não vejam as películas como uma atividade recreativa, quando na verdade, defendemos a utilização de filmes na escola como uma atividade educativa.

e) **Exibição de trechos das obras cinematográficas:** Durante a atividade disponibilizamos para os docentes uma “sinopse adaptada” dos filmes e documentários, para que eles percebam o potencial pedagógico logo no resumo sobre os temas abordados, e expomos em que disciplinas os mesmos podem se explorados. Depois disso, exibimos trechos dos filmes e

documentários, pois infelizmente não é possível exibirmos as obras cinematográficas inteiras, tendo em vista de que a nossa atividade tem uma duração máxima de duas horas.

Selecionamos trechos que abordem questões de forma pontual, e logo em seguida fazemos alguns comentários sobre as cenas (e inserimos algumas informações extras sobre leituras e debates realizados por nós) e pedimos para que os professores também exponham as suas opiniões sobre os trechos apresentados.

f) ***Impressões dos espectadores sobre a oficina:*** Por fim, pedimos para que os participantes relatem suas impressões sobre a atividade a partir de falas e da transcrição em folhas de papel. Esse momento é de suma importância para nós, pois é neste instante que percebemos um processo de reflexão sobre o racismo. Ademais, o registro de informações feito pelos docentes é analisado por nós de forma pormenorizada e são transformados em materiais que acabam testemunhando as diferentes formas de discriminação, abordagem (ou não) do racismo no cotidiano da escola, mostrando a complexidade da questão racial de acordo com o contexto em que os profissionais estão inseridos.

De acordo com as disposições feitas acima, podemos notar que a dinâmica que rege a nossa oficina estimula os professores e professoras a (re) pensarem as suas práticas (dentro e fora do espaço da sala de aula) no que diz respeito às relações raciais no cotidiano escolar. Ou seja, a oficina não contribui apenas na proposição de materiais alternativos para a aplicação da lei, pois também fornece ao participante acesso a discussões sobre as relações raciais no cotidiano escolar.

Exponemos agora a experiência oriunda de uma oficina fornecida em uma Escola Municipal da Rede Municipal de Niterói<sup>5</sup>.

### ***Relatos de Experiências docentes a partir da Oficina: Problematizando as relações raciais na escola***

A oficina que relataremos foi realizada em uma Escola Municipal que integra a rede de educação do município de Niterói localizado no estado do Rio de Janeiro. Como apontamos anteriormente, apresentamos cinco obras cinematográficas, dentre elas o documentário “Vista minha pele” (2003) dirigida pelo diretor Joel Zito, que iremos debater neste escrito.

Antes de nos aprofundarmos na discussão sobre o filme citado e a experiência adquirida com a oficina, é bom salientar que os professores da escola em questão lecionam suas respectivas disciplinas no segundo segmento do ensino fundamental (do sexto ao nono ano), e já tinham um conhecimento prévio sobre a lei 10.639/03, tendo realizado debates anteriores sobre sua aplicação.

Durante a realização da oficina e da coleta dos relatos dos professores, constatamos que o mito da democracia racial, amparado pela visão romântica da miscigenação, ainda está extremamente arraigado em suas falas, e que apesar de alguns trechos dos filmes apresentados pela oficina em questão já

terem sido utilizados pelos professores, eles não trabalharam a questão racial. Sobre isso Márcia Regina Boni (2007) aborda que:

“Mesmo admitindo o racismo e o preconceito no cotidiano da escola através das relações sociais, a aplicação da lei não é vista como importante por alguns professores por acreditarem no mito da democracia racial, que iguala a todos para apagar as diferenças, criando uma pseudo harmonia entre os atores sociais” (BONI, 2007, p.4)

Ainda sobre essa questão, devemos salientar que os professores também se valem da carência em materiais didáticos sobre a questão racial, para mais uma vez, justificar a não implementação da lei nas salas de aula. Assim, a oficina de filmes, realizada para professores de todas as disciplinas do segundo segmento do ensino fundamental, vem como uma alternativa e/ou um complemento para auxiliar no trabalho do referente assunto em sala de aula.

Dentre os filmes apresentados na oficina, problematizaremos aqui o “Vista minha pele” (2003), pela película tratar da questão do preconceito racial dentro do cotidiano escolar, e através de sua exibição, podemos abordar a valorização do negro na mídia e a exclusão social. Por se tratar de um documentário de curta duração, ele acaba se tornando uma importante ferramenta para a aplicação da lei através do uso de filmes.

O documentário em si, mostra a história de uma menina branca chamada Maria que por viver em uma sociedade onde todos os referenciais são negros, se sente excluída e incapacitada de vencer um concurso em sua escola devido à sua cor de pele. Ela recebe ajuda de sua amiga Júlia que é negra e a ação entre elas motiva mudanças ou inquietação na forma de pensamento de alguns dos alunos da escola, mas essa inquietação é mais marcante na vida de Maria que se sentia excluída e passa a se enxergar com um novo olhar. Um olhar mais positivo sobre si mesma.

No documentário a inversão de papéis entre brancos e negros torna nítido para nós espectadores a existência do racismo na escola e nos meios de comunicação de massa e como ele opera no dia-a-dia da escola, que em tese, deveria trabalhar constantemente a “questão das diferenças de todo tipo”, já que ela é um importante espaço de socialização, mas infelizmente acaba reproduzindo e acentuando as desigualdades sociais.

Durante a oficina percebeu-se a inquietação de alguns professores sobre o tema exposto, pois durante a apresentação teórica e a exibição dos filmes os mesmos exprimiam as suas opiniões e relatavam situações de racismo vividas e/ou presenciadas por eles.

A maioria dos docentes avaliou a iniciativa da exibição dos filmes para o tratamento da questão racial de forma positiva e ainda relataram que debates como esses devem ser feitos e trabalhados diariamente, pois não podemos esperar datas comemorativas como o dia 13 de maio (Dia da Libertação dos escravos no Brasil) para tecermos discussões e as respectivas conseqüências geradas pelo tema em tela.

Muitos se dão conta de que algumas práticas racistas podem ocorrer de maneira involuntária, por meio de brincadeiras ou falas despreziosas, e essa “percepção” se deve muito aos trechos destacados durante a exibição do filme. Sobre as diversas maneiras de expressar as práticas racistas Kabengele Munanga (1990) expõe que:

Existem várias maneiras ou formas de expressar e praticar o racismo: rejeição verbal, evitação, discriminação, agressão física, etc. Na rejeição verbal, a hostilidade racial se expressa através da injúria ou da brincadeira, enquanto em outras situações o racista pode preferir evitar pacificamente o contato com os membros do grupo detestado. A discriminação racial no sentido estrito da palavra é praticada quando a igualdade de tratamento é negada a uma pessoa ou a um grupo de pessoas em razão de sua origem racial. (MUNANGA, 1990, p.53)

Neste sentido, aludimos que o corpo docente em momentos que poderiam fomentar o debate sobre a questão racial, acaba se ancorando no mito da democracia racial, mesmo que involuntariamente, para justificar em parte as suas práticas racistas. Desta forma, há professores que mesmo que sem intenção, praticam o racismo no ambiente escolar (para com seus alunos, com outros professores e funcionários) e aqueles que sofrem das práticas racistas junto com esses atores. Elucidando a questão a qual nós estamos nos referindo, destacamos a fala de uma das professoras que participou da nossa atividade:

Todos somos preconceituosos. Eu sou negra e vivencio a situação cotidianamente há 40 anos (...) o preconceito étnico é algo profundamente arraigado. A maioria de nós não percebe o quanto a própria visão de mundo está manchada por preconceitos. Acredito que a aceleração do fim dos preconceitos se dará quando cada um investigar em si mesmo (em suas motivações, padrões de beleza, julgamentos, escolhas...) vestígios de padrões racistas. É preciso superar o “preconceito de ter preconceito” antes de vencer todas as outras barreiras (...) (Docente participante, Dezembro de 2010)

O relato acima ratifica o que já exprimimos aqui no que se refere a “naturalização” do preconceito em nossa sociedade como algo cristalizado e aparentemente insuperável. Podemos perceber ainda, que o preconceito racial se apresenta de diversas formas, como por exemplo, pela estética onde o padrão de beleza é instantaneamente associado a homens e mulheres que apresentam traços caucasianos e cútis branca. Dessa forma, as pessoas que não seguem um “certo padrão” podem ser ridicularizadas. Podemos observar esta idéia a partir do artigo “As Múltiplas Faces do Racismo” (2007) onde a autora Ângela Maria dos Santos apresenta a sua pesquisa sobre o racismo no cotidiano escolar:

Uma outra cena, numa outra escola observada, a discriminação também foi perceptível: uma menina negra caminhava sozinha pelo pátio. Dois meninos brancos a acompanhavam, procurando não se fazerem notar. Faziam gestos às costas da menina, quase lhe tocando as nádegas. Apontavam para seus cabelos e riam de forma debochada. Os cabelos da menina estavam divididos em pitucas, amarradas com laços coloridos. A menina parecia não notar ou fingia não notar os meninos. Os alunos, quando se viram observados por mim, automaticamente pararam com a ação. Tomaram outra direção, rindo do ocorrido. (SANTOS, A, 2007, p.28)

Sobre o que foi exposto acima, devemos salientar que a escola, como local de socialização e formação, deve através de práticas curriculares e extracurriculares, trabalhar para que tal visão deturpada de mundo, não vigore

nas mentes dos alunos. No que concerne aos trabalhos que estão sendo desenvolvidos na própria escola, encontramos professores que tem consciência do seu papel social, e ao ministrarem suas disciplinas, fomentam a busca pelo debate da questão racial. Como mencionado pelos professores participantes ao final da oficina:

Trabalho com arte esta questão com meus alunos, pois as diversas formas de arte são o melhor veículo para tocar as sensibilidades. (docente participante, dezembro de 2010)

Oficina muito válida. Nossos professores precisam estar refletindo esse assunto para estar levando para sala, discutindo com os alunos e os levando a refletir. (docente participante, dezembro de 2010)

Com um claro objetivo de promover o debate sobre a questão racial em sala de aula, de maneira que todos tenham a clareza no que concerne a formação do aluno e do próprio professor e ratificado pelo comentário acima. Dessa forma, a oficina de filmes surge para demonstrar que o uso de filmes em sala de aula, pode ser um importante material alternativo e/ou de apoio aos livros didáticos e as práticas docentes já existentes.

### **Considerações Finais**

Neste trabalho buscou-se demonstrar como a realização da oficina de filmes: “*O uso de filmes para trabalhar a questão racial na sala de aula*”, aqui exposta, pode auxiliar na prática docente, perpassando pela percepção da necessidade de sua existência, por sua estruturação e os desdobramentos ocorridos após a sua aplicação. Neste sentido, esta oficina contribui eficazmente como material pedagógico ativo para a continuidade da aplicação da Lei Federal 10.639/03 no tocante à busca de trazer para o cotidiano escolar, em todos os seus espaços de convivência, as questões e reflexões sobre as relações raciais, como também desconstruir conceitos teóricos (nos referimos ao mito da democracia racial), que embasem uma pseudo democracia racial e contribuam para a reprodução das práticas racistas no ambiente escolar e na sociedade.

A Lei Federal 10.639/03, conquistada pelo Movimento Negro, surge como instrumento jurídico que almeja promover uma educação anti-racista combatendo a construção de ferramentas racistas de dominação historicamente erguidas e reproduzidas pelos indivíduos. Constatamos que sua implementação plena passa por uma grande resistência devido a vários aspectos sociais que transpõem nas suas verticalidades e horizontalidades a reprodução de informações deturpadas e o desconhecimento pela temática racial. Deste modo, a nossa proposta preenche algumas lacunas apontadas entre a implementação jurídica da Lei e as suas formas de aplicabilidade, aproximando-as e integrando-as de forma transversal no currículo escolar, como material pedagógico e ponto de conteúdo nas diferentes disciplinas escolares.

Portanto, após sua aplicação, constatamos a sua extrema importância e validade ao perceber, que em muitos casos, essa iniciativa se apresenta como

a única forma de debate perante o corpo docente e a exibição de outra perspectiva a eles sobre o assunto. Assim, nos induz a reforçar e aprimorar nosso objetivo, buscando semear o pensamento da necessidade de gerar movimentos que busquem discutir e complementar as questões raciais, principalmente no âmbito escolar levando a uma mudança nas relações internas e externas ao espaço escolar.

### **Notas**

---

\* Bolsistas de Iniciação a Docência da UERJ pelo Projeto de Pesquisa “A Lei 10.639/03 e o Ensino de Geografia” e Graduandos em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

\*\* Licenciado em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Pós-Graduando do Curso de Especialização em Educação Básica na Modalidade Ensino de Geografia da UERJ/FFP e membro do grupo de pesquisa a “A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia”

\*\*\* Bolsista de PIBIC UERJ pelo Projeto de Pesquisa “A Lei 10.639/03 e o Ensino de Geografia” e Graduando em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

I - Segundo Nilma Lino Gomes (2005) “Ninguém nega o fato de que todos nós gostaríamos que o Brasil fosse uma verdadeira democracia racial, ou seja, que fôssemos uma sociedade em que os diferentes grupos étnico-raciais vivessem em situação real de igualdade social, racial e de direitos. No entanto, os dados estatísticos sobre as desigualdades raciais na educação, no mercado de trabalho e na saúde e sobre as condições de vida da população negra, revelam que tal situação não existe de fato.” (GOMES, N., 2005, p. 56)

II - O grupo de Pesquisa “A Lei 10.639/03 e o Ensino de Geografia” coordenado pelo Professor Doutor Renato Emerson dos Santos tem como seu principal escopo a avaliação dos impactos da referida lei no ensino escolar de Geografia através do acompanhamento sistemático das práticas de um grupo de professores(as) que lecionam a referida disciplina em escolas públicas de diversas redes municipais e da rede estadual do estado do Rio de Janeiro.

III - De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - pretos e pardos (que fazem parte das categorias cromáticas de classificação racial ao lado de brancos, indígenas e amarelos) compõem o grupo de

“negros”, pois eles apresentam as mesmas condições socioeconômicas e de discriminações em nossa sociedade. (OSORIO, R, 2003)

Entendemos que é de suma importância compartilharmos essa informações, pois impera no senso comum a concepção de que o termo “negro” refere-se a cor. Além disso, defendemos que o reconhecimento da identidade negra em nosso padrão de relações raciais se apresenta como uma “posição política”.

IV - Para preservarmos a identidade da professora, atribuímos a ela um nome fictício.

V - A oficina de filmes ocorreu em uma escola onde era realizada a pesquisa de doutorado de Inti Soeterik da Universidade de Amsterdam, Holanda, sobre a inclusão de questões raciais no currículo Brasileiro. A pesquisadora e a escola, fizeram um acordo sobre não revelar o nome da escola em futuras publicações.

### **Referências Bibliográficas**

**BONI, Márcia.** “FORMAÇÃO DOCENTE PARA A LEI 10.639/03 CEFAPRO/SINOP”. Cuiabá, 2007, 11p.

**CASTRO, Edmara da C.** “Identidades de alunos negros da UFMT nos cursos de formação de nutrição, enfermagem e medicina”. (Coleção Educação e Relações Raciais, 1) – Cuiabá: UFMT/IE, 2007, 87p.

**GOMES, Nilma Lino.** “Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão”. In: Educação anti-racista : caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.39-62.

**MUNANGA, K.** “Racismo: da desigualdade à intolerância”. In: São Paulo em perspectiva, São Paulo, abril/junho, 1990. P.51-54

**OSORIO, Rafael Guerreiro.** O sistema classificatório de "cor ou raça" do IBGE. Brasília, novembro de 2003

**SANTOS, Ângela M. dos.** “Vozes e Silêncio do Cotidiano Escolar – as relações raciais entre alunos negros e não-negros”. (Coleção Educação e Relações Raciais, 4) – Cuiabá: UFMT/IE, 2007, 84p.

**SOUZA, Edileuza Penha de (org.).** Negritude, Cinema e Educação: caminhos para a implementação da lei 10.639/2003 – Belo Horizonte: Mazza Edições, Vol. 1, 2006. 184 páginas.

**SOUZA, Maria Elena V.** (org.) “Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a Lei 10.639/03” – Rio de Janeiro: Rovellet, 2009, 228 p.